

Ministro quer prioridade total para 1º grau

Paulo Renato Souza afirma que, para o País se inserir na realidade de economia globalizada, é preciso democratizar o ensino e garantir o mínimo de oito anos de escolaridade para toda a população

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirma que o problema central da educação no Brasil não é o baixo percentual de investimentos feitos na área, mas sim a má distribuição dos recursos disponíveis. Segundo ele, há municípios no Nordeste em que o custo de um aluno no ano não passa de R\$ 50, enquanto no Centro-Sul algumas cidades gastam mais de R\$ 500 por aluno em um ano. "Democratizar o ensino é garantir um mínimo igual para todos", prega o ministro. A intenção do governo, segundo ele, é estabelecer um limite mínimo de R\$ 300 por aluno/ano.

Paulo Renato admite também que existem hoje na educação brasileira "disparidades" que precisam ser revistas. Ele cita como exemplo o custo de "milhares de reais" com o aluno da universidade enquanto no primeiro grau se gasta muito pouco. De acordo com o ministro, sua administração tem dado prioridade absoluta para o ensino de 1º grau. "Nós temos de realmente dar condições para que o Brasil possa garantir oito anos de escolaridade para toda a população", afirma.

Na entrevista de Paulo Renato para o Agenda 96, o Estado procurou professores e diretores das redes de 1º e 2º grau do Estado de São Paulo para que fizessem perguntas ao ministro.

Pergunta — Japão, Taiwan e Coreia do Sul alcançaram a condição de países do primeiro mundo por meio da revolução educacional. Esses três países têm, em comum, ensino público gratuito apenas para o 1º grau. O 2º grau e a universidade pública são pagas, o que permite ao Estado concentrar os investimentos no ensino básico da população. O governo de Fernando Henrique Cardoso terá a coragem moral e política de propor o fim do ensino público superior gratuito, em que os filhos de classe média e alta recebem serviços educacionais a custo médio de US\$ 8 mil por ano para o governo, enquanto a criança pobre recebe serviços educacionais a um custo médio de US\$ 300 por ano? (Maurício Salles Aguiar, diretor-geral do Colégio Bandeirantes, em São Paulo)

Paulo Renato — O que nós precisamos realmente hoje é aumentar o investimento no ensino básico e aumentar a eficiência na escola pública, na universidade pública. Me parece que nesse momento colocar a questão do ensino superior pago seria desviar a atenção de um problema muito mais sério, que é o da ineficiência do sistema público. Nós temos de conseguir que a universidade seja mais eficiente e, num segundo momento, talvez discutirmos a questão de introduzir o ensino pago. O que neste momento não podemos é deixar de considerar que o problema principal a ser alcançado é, através da maior autonomia das universidades, conseguir maior eficiência no uso dos recursos. Se nós, nesse momento, misturarmos a discussão com ensino pago, vamos apenas confundir mais os problemas existentes no Brasil e não vamos adotar soluções que a universidade pública precisa. Estaremos desviando o debate para uma discussão secundária.

Pergunta — O Brasil tem aplicado nos últimos anos menos de 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, enquanto países desenvolvidos gastam em torno de 11%. Como fazer a revolução educacional aplicando tão poucos recursos? (Ariovaldo de Camargo, professor de matemática da Escola Estadual Victor Maida, em Ibitinga, São Paulo)

Paulo Renato — O problema do Brasil não é só uma questão de investir pouco na Educação. Percentuais de 4% ou 5% é o mesmo que investe a Coreia e a Espanha, países que têm sistemas educacionais muito melhores do que o Brasil. O problema é a má distribuição dos recursos da educação, no Brasil. E ela ocorre dentro do primeiro grau e também entre os vários graus de ensino. Há municípios no Nordeste onde não se passa de R\$ 50 por aluno/ano; há municípios no Centro-Sul onde se gasta mais de R\$ 500 por aluno/ano. O problema de democratizar o ensino no Brasil é garantir um mínimo igual para todos. Por isso

so a nossa emenda constitucional estabelece um patamar mínimo de R\$ 300 por aluno/ano. É a nossa média nacional para o primeiro grau deverá passar, portanto, para R\$ 450 por aluno/ano, um resultado que já é razoável. Essa média de investimento no primeiro grau se compara à da Coreia, que é um país que, como se sabe, deu um grande salto de seu desenvolvimento baseado exatamente no ensino de primeiro grau. Portanto, nós temos hoje em dia essas disparidades, como a de ter gasto vários milhares de reais por aluno na universidade enquanto no primeiro grau se gasta muito pouco. Hoje se gasta cerca de R\$ 200 por aluno/ano na média brasileira, considerando as variações de uma localidade para outra. Nós temos de investir mais pesadamente especialmente nas regiões mais pobres. Exatamente este é o sentido da emenda constitucional enviada pelo governo ao Congresso Nacional, que está sendo discutida hoje: é garantir o investimento real por aluno/ano mínimo de R\$ 300, uma média nacional de mais de R\$ 450 que vai nos permitir realmente dar um salto de qualidade no primeiro grau, como outros países deram com esse mesmo investimento.

Pergunta — Para reconstruir a educação brasileira, teremos de partir da base. Portanto, temos de garantir vagas para todas as crianças em idade escolar. Como o governo pretende fazer isso? (Sidelzina Souza Silva, professora da Escola Estadual Professor Laurinda Rodrigues Pereira Leite, de São Paulo)

Paulo Renato — Na verdade não faltam escolas no Brasil. Podem faltar escolas em algum bairro da periferia onde as escolas estejam superlotadas, em algum município do interior do Nordeste, da Amazônia, mas em geral não faltam escolas. Então o problema não é esse, mas o alto grau de repetência e evasão escolar. De cada 100 crianças que começam a primeira série, menos de 60 concluem a quarta e pouco mais de 40 terminam a oitava série. Quem conclui a quarta série leva seis anos, e a oitava,

12 anos. As crianças brasileiras frequentam as escolas, em média, sete anos. O problema está na escola, dentro dela, na qualidade do professor, no salário do professor, em seu treinamento, na qualidade do livro didático, no currículo adequado, no bom funcionamento da escola. E essa é uma responsabilidade de todos nós.

Pergunta — O que o governo federal tem em mente no momento em que se discute a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases? (Caetano José de Lima, diretor do serviço de Orientação Pedagógica do Colégio Arquidiocesano de São Paulo)

Paulo Renato — O governo federal tem em mente a prioridade absoluta ao primeiro grau. Nós temos realmente de dar condições para que o Brasil possa garantir oito anos de escolaridade para toda a população e, em seguida, garantir 11 anos de escolaridade, ou seja, o segundo grau, como condição para podermos nos inserir num mundo moderno, numa economia globalizada. E mesmo os países que estão em vias de desenvolvimento, como os países do extremo oriente, já garantem condições básicas de escolaridade para toda a população. Esse é o nosso objetivo central, e o projeto de Lei de Diretrizes e Bases que está sendo debatido no Senado me parece que é um avanço, porque é extremamente moderno, dá muita flexibilidade aos sistemas educacionais, não é rígido, não congela a educação e, portanto, permite que a política educacional implantada pelo governo federal, Estados e municípios produza seus resultados num prazo relativamente curto. Obviamente a LDB, por ser uma lei de diretrizes, não pode ser a única responsável pela mudança da educação no Brasil. É preciso abrir espaço para a política educacional, é preciso haver espaço para a atuação dos conselhos de educação, das secretarias estaduais, do ministério e isso me parece que a lei permite.

Pergunta — Enquanto os vestibulares cobram, cada vez mais, o conhecimento geral por parte dos alunos, a reforma do ensino que vem sendo feita no segundo grau propõe exatamente o contrário: que o primeiro

meio ano seja básico e nos demais haja maior diversificação das áreas de interesse dos alunos. Essa reforma não seria um retrocesso, uma incoerência? (Margarida Adelaide da Costa, professora de Química da Escola Estadual Alberto Conte)

Paulo Renato — Na verdade eu acho que há um entendimento equivocado sobre a nossa proposta de reforma do segundo grau. O que nós temos de garantir realmente, a professora tem razão, é uma base de escolaridade comum para toda a população. Isso não significa um conteúdo curricular rígido no segundo grau. Essa é a grande diferença. No Brasil nós temos uma rigidez muito grande no sistema educacional. O segundo grau pode ser mais diversificado; isso não é incompatível com a idéia de garantir uma escolaridade básica para toda a população. Com diferenças, porque as pessoas são diferentes, porque os interesses são diferentes, mas com uma base mínima comum. O que nós queremos é sair dessa idéia rígida de um segundo grau com um currículo arcaico para um segundo grau mais diversificado, sem que se perca, entretanto, a globalidade. A reformulação do segundo grau não é uma tarefa simples; é um assunto que vem preocupando os educadores e os responsáveis pelos sistemas educacionais em todo o mundo. É um grande desafio alcançar esse objetivo de combinar num currículo flexível com a necessidade de dar uma educação básica de 11 anos para toda a população, como deve ser nosso objetivo a médio prazo.

Pergunta — Se o mundo está voltado para o desenvolvimento tecnológico, por que as escolas públicas não inserem o ensino técnico profissionalizante? (Uyara Andrade de Oliveira Costa, orientadora educacional do 1º grau do Colégio Dante Alighieri)

Paulo Renato — Em relação ao ensino técnico profissionalizante, a nossa proposta é que ele fique separado do segundo grau. Nós vamos propor uma lei ao Congresso que vai definir uma forma de financiamento para o ensino profissionalizante e irá conduzi-lo a uma grande diversificação e, principalmente, a uma grande expansão que será feita em parceria entre a União, Estados e municípios. Portanto o nosso objetivo é exatamente este: conseguir uma ampliação da oferta do ensino profissionalizante.

Pergunta — Como tornar viável a proposta de provas oficiais e universais a cada série do segundo grau, com valor classificatório para admissão à universidade, se mesmo uma instituição seria como a Unicamp, num exame de muito menor porte, portanto mais fácil de controlar, teve de anular a primeira fase do exame, por possível vazamento de questões? (Antônio Azevedo, professor do curso de pré-vestibulares Intergraus, São Paulo)

Paulo Renato — A proposta do ministério não é a de exames de final de primeira, segunda e terceira série do segundo grau. Essa é uma proposta de algumas universidades, em caráter experimental e que ainda necessita de uma modificação na própria legislação para ter validade. Atualmente a legislação prevê que o vestibular é a única forma de ingresso na universidade. O que o ministério se propõe é fazer um exame final de segundo grau que terá como objetivo melhorá-lo. O que nós queremos é que esse exame seja voluntário para os alunos e a adesão das universidades a esse sistema, como uma das formas de ingresso dos alunos, também seja voluntária. Isso também necessitará de reforma na legislação, mas está previsto acontecer com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases. Portanto nós faremos a reformulação do segundo grau, com um exame de final do segundo grau, assim como ocorre em outros países, e esperamos que a pontuação obtida pelos alunos nesse exame seja utilizada pela universidade como um dos critérios do seu processo seletivo. Nós não temos a proposta de um exame ao final de cada curso. O exame proposto pelo ministério poderá ser aplicado por qualquer instituição acostumada a fazer provas e exames em todo o Brasil. Há muitas instituições com essa experiência. O exemplo da Unicamp me parece que não é feliz, porque na verdade a universidade teve durante muitos anos o seu vestibular realizado sem nenhum problema. Uma infelicidade em um ano não significa que não se possa fazer uma prova nacional. O problema da Unicamp não se deu pelo caráter nacional da prova. Ao contrário, o que aconteceu foi de aspecto puramente local: um tema da redação ter sido discutido num curso de Campinas.

QUADRO BRASILEIRO

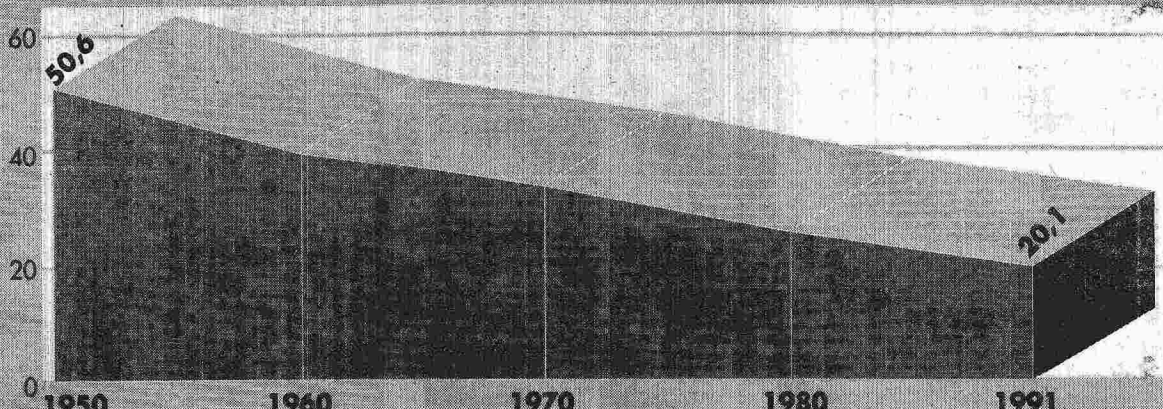
DIVISÃO POR NÍVEIS DE ENSINO

Faixa	Indicadores	1991	1993
Pré-escolar	Estabelecimentos	57.842	84.366
	Professores	166.917	197.206
	Alunos matriculados	3.628.285	4.196.419
Alfabetização	Estabelecimentos	51.944	50.646
	Professores	89.291	75.413
	Alunos matriculados	1.655.609	1.384.147
Ensino fundamental	Estabelecimentos	193.900	195.840
	Professores	1.295.965	1.344.045
	Alunos matriculados	29.203.724	30.548.879
Ensino médio	Estabelecimentos	11.811	12.556
	Professores	259.380	273.539
	Alunos matriculados	3.770.230	4.183.847
Ensino superior (graduação)	Estabelecimentos	893	873
	Professores (total)	146.988	150.823
	Professores (em exercício)	133.135	137.156
	Alunos matriculados	1.565.056	1.594.668
Pós-graduação (mestrado e doutorado)	Estabelecimentos	83	91
	Professores	29.351	31.348
	Alunos matriculados	54.174	55.229

Fontes: MEC/SPE/Seec/Capes

TAXA DE ANALFABETISMO

Nos brasileiros com mais de 15 anos



Fonte: IBGE

PERFIL DO ENSINO TÉCNICO

Nas instituições federais, em 1994

Tipo de escola	Nº de escolas	Nº de cursos	Nº de professores	Nº de alunos matriculados
Escolas técnicas	19	160	4.758	62.633
Escolas técnicas e agrícolas vinculadas a universidades	26	61	1.135	13.283
Centros tecnológicos	5	61	1.945	21.577
Escolas agrotécnicas	37	46	1.100	13.985
Total	87	328	8.938	111.478

Fonte: MEC/Semtec

DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES

Pelas esferas de governo, em 1993

Estado	Nº de alunos	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal	Rede particular
São Paulo	6.165.157	-	4.851.574 79%	585.276 9%	728.307 12%
Rio de Janeiro	2.064.359	10.119 - de 1%	565.453 27%	889.212 43%	599.575 29%
Minas Gerais	3.383.026	2.907 - de 1%	2.465.090 73%	723.105 21%	191.924 6%
Bahia	2.466.053	871 - de 1%	1.160.885 47%	1.111.153 45%	193.144 8%
Rio Grande do Sul	1.674.942	1.673 - de 1%	895.138 53%	598.783 36%	179.348 11%
Maranhão	1.290.332	1.293 - de 1%	361.786 28%	812.725 63%	114.528 9%

Fonte: MEC/SAB/CPS/Seec

RENDIMENTO MÉDIO DOS ALUNOS

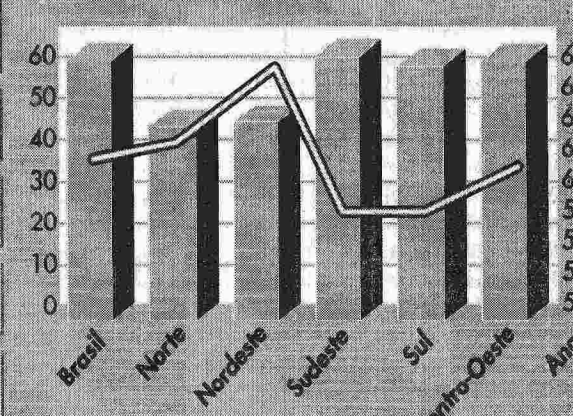
No ensino fundamental, com notas na faixa de 0 a 100

Série	Português		Matemática	
	1990/91	1993/94	1990/91	1993/94
1ª	56,8	60,9	55,6	55,9
3ª	52,7	52,9	33,4	28,7
5ª	42,0	47,9	27,1	24,0
7ª	57,6	55,3	26,3	25,6

Fonte: MEC/Inep/Saeb

DESEMPENHO ESCOLAR

taxa de conclusão da 4ª série — Tempo médio para concluir a 4ª série



Fonte: MEC/Inep/Saeb